



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 6/2016

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2016

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – António Luís Miranda dos Santos Serra

2.º Secretário – Sara Ramos Bilo

SUBSTITUIÇÕES

Joaquim Silva Leal *(substituído por Joaquim Lourenço da Brázia)*

Daniel Simão *(substituído por Tânia Cristina Pires Leal)*

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo *(Representado pelo secretário: Anibal Manso Mariano)*

Presidente da Junta de Freguesia de Bendada *(Representado pelo Tesoureiro: Manuel Joaquim Antunes)*

JUSTIFICARAM A FALTA À PRESENTE SESSÃO:

Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva

NÃO JUSTIFICARAM A FALTA À PRESENTE SESSÃO:

Presidente da Junta de Freguesia de Foios

HORA DE ABERTURA: dezassete horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



Handwritten mark

Às dezassete horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

1.1 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/09/2016; ---

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016 a todos os Membros da Assembleia. Na sequência de inscrição usou da palavra o Senhor Joaquim Carreto para dizer que entregaria ao Pessoal de Apoio algumas imprecisões que detetara na ata enviada. Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a ata à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 30/09/2016**. Não participaram na votação desta ata o Senhor Carlos Luiz, Senhora Ana Luísa Fonseca de Brito Monteiro, Senhor Aníbal Manso Mariano (Secretário da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo) e o Senhor Manuel Joaquim Antunes (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Bendada), em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao **1.º Secretário** que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

➤ **Convite endereçado pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses para participar na Convenção Nacional onde se celebram os 40 anos do Poder Local Democrático, que decorreu no dia 10-12-2016;** -----

➤ **Convite endereçado pela Junta de Freguesia de Rebolosa para o almoço convívio realizado no dia 25-11-2016, no âmbito da Festa/Feira Anual de Santa Catarina;** -----

Município de Sabugal



- > Ofício da **CCDRC** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro a enviar **parecer final sobre a Revisão do PDM do Sabugal**; -----
- > **Petição pela revogação do projeto de mobilidade em todo o Concelho do Sabugal**; -----
- > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Daniel Simão, tendo sido substituído por Tânia Cristina Pires Leal; -----
- > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva; -----
- > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Joaquim Silva Leal, tendo sido substituída por Joaquim Lourenço da Brázia. -----
- > Ofício da **Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Freguesia, Aníbal Manso Mariano**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----
- > Ofício da **Junta de Freguesia de Bendada** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Freguesia, Manuel Joaquim Antunes**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----

De seguida informou que tinha dado entrada uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU (João Manuel Aristides Duarte e João Carlos Taborda Manata) sobre as **Comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas**, que a seguir se transcreve: -----

“40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas

*Comemoram-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas. -----
A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas*



A

transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais. -----

A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento dum intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes. -----

O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias. -----

As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. -----

Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Sabugal reunida a 29/12/2016, delibera: -----



1. *Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos. -----*
2. *Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a reposição de freguesias, conforme a vontade das populações e dos órgãos autárquicos e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República. -----*

Os membros eleitos da CDU na AM do Sabugal:-----

-João Manuel Aristides Duarte. -----

- João Carlos Taborda Manata.” -----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a Moção votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por maioria, com o voto contra do Senhor Presidente da Assembleia, **aprovar a Moção apresentada.** -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

Pelo senhor Joaquim Carreto e senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos foi proposto um voto de pesar pelo falecimento da mãe do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa. A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar o Voto de Pesar, seguido de UM MINUTO DE SILÊNCIO.** ---

De seguida, deu início à discussão do Ponto III – Assuntos Diversos do Período do Antes da Ordem do Dia, tendo perguntado se algum Membro pretendia inscrever-se. Usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

Depois de cumprimentar os presentes, o **Senhor José Ilídio Clemente**, fez a intervenção seguinte: -

“Hoje venho relatar um sonho que tive há uns tempos atrás, tão forte foi a sua imagem que teima em se deixar esquecer. Parecia que caminhava por um valado, as margens do mesmo elevavam-se elegantes muros de pedra e terra. Arbustos seguravam estes muros de vento e intempéries, tão velhos

eram e robustos estavam que davam consolo e segurança ao mais incauto paciente, tal o abrigo que conferia. No sonho distraído seguia nos meus pensamentos quando me apercebi que alguém se aproximava vindo de trás, ouviam-se claramente passos firmes e decididos como que a querer aproximar-se de mim para me fazer companhia na caminhada. Virei-me e pareceu-me reconhecer a figura que se aproximava, depois deixei de o reconhecer e questionava-me: Quem será? No entanto, de novo parecia que o reconhecia, não me lembrava de onde mas, não era quem pensava e, embrulhado nos meus pensamentos e dúvidas o indivíduo chegou ao pé de mim. Trocámos uma saudação curta, como que a medir distâncias e a entabular conversa fiquei a saber que o sujeito não era dos meus lados, porém sem grandes cerimónias começou logo a falar das suas preocupações e sem que eu entendesse muito bem o início da conversa nem a razão, lentamente as suas palavras construíram frases com nexos e sentido para mim. Disse-me que era um viajante que por vezes sonhava ser do outro mundo, que as suas preocupações sobre a qualidade de vida das pessoas, sobretudo do interior, era tão grande quanto o cansaço das suas pernas iam permitindo continuar a visitar. Falou-me de lugares e gentes que não conhecia e das suas preocupações. Falou-me dos desperdícios da sorte a que a Europa construiu um cemitério no mediterrâneo. Falou-me dos agiotes que crescem como mato em terreno onde a mão do Homem não chega e lugares votados ao esquecimento, os mesmos que não prescindem da exploração desalmada dos seus vizinhos criando-lhes angústia e falta de vontade de viver. Falou-me depois dos braços armados das ditaduras sempre prontas a destruir para engrandecer. Falou-me de tanto mais, que comecei a abrandar o passo, pois já não tinha vontade de o acompanhar. Onde caberia tanta maldade no mundo? E a quem serviria? Sem me dar conta muitos outros caminhantes se vinham juntando a nós, era uma multidão e todos reclamavam das injustiças que iam ouvindo relatar. O sentido do passeio que tinha iniciado em sonho parecia desvanecer-se como se de uma neblina se tratasse e que se levantava com a melhoria do tempo. Já não o ouvia de todo. Sem saber como estava a ficar para trás e aquela multidão desaparecia no horizonte, à minha frente, clamando sempre por justiça e recriminando as denúncias que iam sendo feitas por aquela figura. O som da sua presença desapareceu por completo no meu sonho. Olhei à volta e estava só, de novo, no entanto sentia algo, uma presença estranha que teimava em não me largar. Olhei de roda, procurei na verdade dos valados ao pé de mim, nada. De súbito e como que por intuição olhei para cima, pairando sobre mim estava a mesma figura que me alcançara no caminho e que acompanhei por um tempo. Perguntei-lhe quem era e o que queria de mim. Olhou-me sério e grave, respirou fundo, deu a sensação que ia falar, porém deu um suspiro profundo e disse: *Eu sou o futuro que há de vir e venho transmitir-te que conto contigo para alertar os teus amigos e concidadãos que o futuro começa hoje. Não há amanhã sem ontem. O teu país está a sofrer um período de infortúnio e de agravo que ireis ultrapassar com esforço, trabalho e dedicação. Estais*

no interior, germe da nação, não podeis desesperar, aplicai-vos no desenvolvimento estruturado, puxai pelo Governo que precisa de vós, da vossa sabedoria, empenhamento e cuidado, sempre presentes e desinteressados sois a raiz do vosso futuro. Não vos afoitais não vos escolheis, os frutos hão de chegar. A partir daí não me recordo de nada mais, os sonhos baralharam-se todos. De manhã ao acordar senti um forte impulso de contar o meu sonho, depois pensei e fiquei a aguardar um momento. Ei-lo!” -----

Usou da palavra o **Senhor Luís Gonçalves** que depois de cumprimentar os presentes, disse: -----

“Não posso começar esta intervenção sem deixar votos sinceros de que esta quadra natalícia seja revestida de paz, harmonia, saúde, confiança e bem-estar e que o ano de 2017 seja um ano próspero de muito sucesso e um ano verdadeiramente focado para os novos desafios que se adivinham árduos e penosos mas que estamos convictos que os iremos ultrapassar. -----

Trouxemos aqui, na passada Assembleia de 30-06-2016, uma recomendação para que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de que fosse alterado o nome do ainda Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito para Centro de Negócios Transfronteiriço Manuel Rito Alves, concretizando assim, na nossa ótica, uma merecida e humilde homenagem a um guerreiro e filho deste concelho. Passados seis meses esta questão não mereceu qualquer desenvolvimento ou diligência por parte do executivo, pelo que somos obrigados a questionar se irá ou não acatar a recomendação que, por unanimidade, foi deliberada por esta Assembleia ou será que é uma decisão difícil de tomar, vindo da iniciativa do Partido Socialista. -----

Em jeito de retrospectiva deste ano que está a terminar, não posso deixar de aqui sublinhar que o investimento privado apoiado é urgente e preponderante para o desenvolvimento do nosso território, não podendo circunscrever a sua ação à instalação de uma empresa que promete cerca de sessenta postos de trabalho. Esperemos que, muito em breve, outros sejam ocupados tendo em conta os, já alguns, milhares de euros que o Município investiu em obras de adaptação e requalificação do espaço onde a mesma se encontra instalada. Há que continuar uma luta insistente pela captação de investimento para o Concelho mas, um investimento com retorno, não o investimento do alcatrão ou da construção. As infraestruturas básicas para o desenvolvimento, o Sabugal já as contempla, temos escolas, Hospital e ainda alguns Postos Médicos, estradas, estruturas de apoio à terceira idade, no entanto, continuamos a não ter pessoas. Sim, isso já sabemos, o tal fenómeno que lhe querem chamar de interioridade, aquele que parece que é o argumento para a incapacidade de trazer e ocupar

espaços de investimento. Está bem clara a dificuldade que existe em trazer investimento privado para o Concelho, no entanto, a solução está mesmo aqui ao nosso alcance e não a queremos ver porque torna-se mais confortável serem os outros a fazer por nós. Como tal, quero aqui deixar um desafio a todos aqueles que dizem que amam o Sabugal, a todos aqueles que dizem que têm lutado e lutarão até ao fim pelo Sabugal, o desafio é simples, vamos ser nós a investir no Concelho, a criar postos de trabalho e a dinamizar a economia do Concelho, pois só assim poderemos dar o primeiro passo para criar uma pequena e nova economia local que ganhe dinâmica e possa crescer isoladamente ou em rede. O desafio está lançado: fazer crescer o Sabugal e a sua economia através de empresas criadas e administradas por nós, políticos do Concelho. Não podemos só fazer parte do problema, temos que ser o motor da solução.” -----

Tomou a palavra o **Senhor João Manso**, e depois de cumprimentar os presentes abordou os seguintes assuntos: -----

1. *Em primeiro lugar queria dizer ao Senhor Presidente que tem tomado algumas decisões nesta quadra que fazem cheirar a eleições autárquicas e estão repletas de real porreirismo. Primeiro um almoço de natal para funcionários e famílias mas, já não é um evento qualquer já custa dezasseis mil euros, quase mais dez mil do que em anos anteriores. Em segundo, três dias de tolerância pagos sem trabalho, pois não satisfiz apenas o dia dado pelo Governo sendo insuficiente para ganhar votos junto dos seus; -----*
2. *Será que 2017 é finalmente o ano em que vão arrancar as obras para adaptação das Escolas Básicas do 2º Ciclo do Sabugal em Escola Básica do 1º Ciclo e 2º Ciclo e a adaptação da Escola Básica do 1º Ciclo do Soito com financiamento já definido para 2017 e 2018 em cerca de setecentos mil euros?-----
Numa outra reunião informaram-me que estas obras têm de obedecer a uma série de pressupostos, que serão profundas e levarão bastante tempo para ser concluídas. Senhor Presidente já pode adiantar uma calendarização para as várias fases destas obras? Começarão de facto em 2017? O que pensa fazer com as instalações do antigo edifício da Escola Primária do Sabugal?-----*
3. *Queria dar os parabéns pelo aumento da projeção do presépio natural pois tem vindo a ganhar visitantes. Este ano foi muito bem publicitado em diferentes órgãos de comunicação social. -----*




4. *Também queria dar os parabéns à participação no programa televisivo da SIC Internacional, onde o presépio e a Capeia Arraiana foram principais assuntos tratados. As imagens filmadas na última Capeia «Ao Forcão Rapazes» que aparecem no programa são de facto espetaculares e podem desta maneira divulgar e tornar ainda mais conhecida a nossa Capeia porque estes novos tempos em que vivemos, uma imagem vale mais do que mil palavras.» -----*

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor António Gata** começou por transmitir que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Badamalos e Vilar Maior lhe cedera dois minutos do seu tempo. Assim, disse que no dia 01 de janeiro de 2017 iria entrar em vigor a nova reforma judiciária e porque neste momento considerava pertinente e atual procedeu à leitura, na íntegra, de um texto que escrevera para o Jornal 5 Quinas e tinha sido publicado no mês de agosto. -

«Diz o ditado popular que gato escaldado de água fria tem medo. Tantas têm sido as deceções com que os políticos que nos governam e os que não nos governam, mas nos representam, nos têm vindo a presentear que, os cétricos, Sabugalenses outra coisa não podem pensar que não seja ver para crer. Na sequência da Reforma Judiciária de 2014, de tão má memória para o Concelho do Sabugal, utilizando a metodologia que a experiência lhes demonstra que resulta, cientes da nossa incapacidade reivindicativa para nos calarem ao extinguirem a Comarca do Sabugal, integrando-a na Comarca da Guarda, acenaram-nos, com um reбуçado, com a criação de uma Instância Local no Sabugal a que deram o nome de Seção de Proximidade. -----

Seção de Proximidade que foi inclusivamente uma das poucas contempladas com a atribuição de um regime especial que previa que nas suas instalações se realizassem julgamentos, preferencialmente, por questões de distância em tempo e quilómetros, procurando tornar menos difícil e dispendiosa a deslocação das pessoas e outros atos judiciais como inquirição de testemunhas por videoconferência. O tempo e os factos vieram, contudo, demonstrar que estas competências só muito esporadicamente foram exercidas na Seção de Proximidade do Sabugal, ressaltando a lógica dedução que daí resultaram grandes prejuízos materiais para a população do Concelho que não desistiu do direito constitucional de acesso à justiça pelos entraves que lhe foram colocados e, também prejuízo para a própria justiça, a que alguns desistiram de recorrer pelas dificuldades acrescidas que este novo modelo nos acarretou. Com a entrada em funções do atual governo, na sequência da promessa feita na campanha eleitoral, é anunciada a reabertura dos Tribunais encerrados em 2014, e mais uma vez são criadas expectativas que o futuro virá a confirmar ou não. -----



A lista dos Tribunais a reabrir onde, naturalmente, não consta o do Sabugal, pois esta reabertura contempla exclusivamente os que foram completamente fechados. Tribunais que, de acordo com as expectativas criadas, ficarão com competências semelhantes às das atuais Seções de Proximidade. E será neste ponto do processo que se irá perceber qual a vontade política de alterar radicalmente a situação no que toca à realização dos atos judiciais que garantam que a justiça fica mais próxima dos cidadãos e que esta medida seja efetivamente, utilizando palavras tão caras para os políticos, um passo em frente para o desenvolvimento do interior rural e desertificado e para a promoção da coesão territorial. Chamem-lhes Tribunais, Secções de Proximidade ou qualquer outro nome que venham agora a criar, o importante é que seja formalmente garantido que os edifícios onde se encontram instalados os serviços da justiça sejam os espaços onde sejam realizados os atos judiciais em proximidade com as populações que deles necessitam e, decisão fundamental, que seja criada legislação que defina quais são estes atos, ao contrário do que acontece agora, em que funciona exclusivamente o critério de quem tem o poder de decidir, ainda que o faça no estrito respeito pela legislação atualmente existente. No que me diz respeito, aguardo com expectativas sim, mas com pouca esperança o culminar deste processo. Se estiver enganado ainda bem!» -----

“Tudo aponta que não esteja enganado e porque penso que o Senhor Presidente da Câmara tem mais alguns dados acerca deste assunto peça-lhe que os esclareça à Assembleia.” -----

Tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Joaquim Carreto** disse ter três pontos a abordar na sua intervenção. Assim: -----

1. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara para informar a Assembleia, com mais pormenores, as bases do projeto que abordara na Rádio Altitude acerca do Hidro Porto; -----
2. Perguntou qual a razão pela qual o passeio da Avenida Ismael Mota terminara de forma abrupta, não tendo sido concluído até ao fim da mesma;-----
3. Novamente solicitar ao Senhor Presidente que fizesse uma intervenção semelhante à realizada na Avenida Ismael Mota nos passeios da Escola Secundária e que servia centenas de crianças diariamente. Ainda não tinha ocorrido nenhum acidente por mero acaso. Será porque a obra naquele lugar não tem tanta visibilidade que a não realiza? -----

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Carlos Luiz**, usando da palavra disse: -----



“A todos os presentes as minhas saudações e votos de BOAS FESTAS. Neste ano (2016) e prestes a terminar, comemoramos 40 anos de poder local, consagrado na Constituição da República de 1976.-

Prevê a Magna Carta e a Lei Ordinária que os candidatos eleitos a cargos autárquicos sejam sufragados através de sufrágio direto e universal reforçando, assim, os respetivos mandatos. A lei das finanças locais veio, mais tarde, alterar a paisagem municipal. Sem este diploma não teria sido possível corresponder às legítimas e, profundas aspirações das populações que há muito o ansiavam, tendo-se operado uma verdadeira revolução quer a nível das infraestruturas, quer a nível de mentalidades. Até então, a esmagadora maioria das localidades (sobretudo rurais) não dispunham de condições mínimas de dignidade. -----

No mundo rural, mas sobretudo no interior do país, é que as desigualdades se sentiam com maior amplitude. Não havia nenhum município que tivesse cobertura a nível de saúde, a nível de abastecimento de água ao domicílio, a nível de equipamentos sociais, culturais, desportivos e de saneamento. -----

Passados 40 anos, a realidade é outra. Se é certo que ainda há muito por fazer, sobretudo a nível do tecido empresarial por forma a criar postos de trabalho, não é menos verdade que a realidade do país é hoje bem diferente e para melhor. -----

Desta tribuna quero saudar todos aqueles que desempenharam funções autárquicas nestas últimas 4 décadas e souberam criar condições de vida com dignidade a milhares e milhares de portugueses.”-

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos** usou da palavra para solicitar que o Senhor Presidente da Câmara fizesse o ponto da situação da Rede das Judiarias mais concretamente se existia algum impedimento no andamento das obras do edifício de Vilar Maior. -----

Senhor Carlos Nabais, depois de cumprimentar os presentes começou por, relativamente a uma cerimónia que decorreu há poucos dias e na qual foi incluída a Serra da Malcata na Carta Europeia de Turismo Sustentável, solicitar ao Senhor Presidente da Câmara para, de uma forma sucinta, dar uma ideia das vantagens que o Concelho poderá vir a ter em relação a este assunto. -----

Tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes o **Senhor João Manata** abordou os seguintes assuntos: -----

1. *“Nos 40 anos do poder local democrático saudar todos os autarcas deste país, porque se este fez alguma coisa de positivo estes anos pós revolução, uma delas foi de facto o poder local, que foi uma das maiores conquistas que já tivemos e os resultados estão à vista por estas aldeias, vilas e cidades deste país”*; -----
2. Dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara pelo presépio que estava muito bem e dignificava o Concelho do Sabugal, pois estavam a vir muitos visitantes ao Concelho.
3. Foi-me transmitido por uma Muniçipe que na Rua de Alcanizes irá ser feito um parque temático, o que achava muito bem, no entanto, a Câmara deveria ter cuidado com as águas pluviais; -----
4. Ordenamento do trânsito na Rua Luís de Camões. Existem dois sentidos únicos, desconhecia se estavam bem ou mal, no entanto quem vinha da Misericórdia já tinha tido pequenos acidentes com quem vinha da Rua Luís de Camões. -----

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bismula**, usando da palavra disse: -----

“Intervenho apenas por um motivo, que ainda não ouvi nas intervenções passadas. Senhor Presidente da Assembleia, os documentos que estamos hoje aqui a discutir, recebi-os ontem pelas 16:00 horas. É impossível fazer uma ideia clara dos assuntos. Já vem sendo uso e costume que cheguem atrasados. Veja se consegue dar um bocadinho mais de celeridade nestes documentos, sobretudo para as Freguesias que estão mais distantes.” -----

Findas as intervenções O **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Assim, depois de cumprimentar os presentes, disse que iria ser sucinto nas respostas. -----

Quanto à intervenção do senhor Luís Gonçalves na sua intervenção referiu algumas situações, nomeadamente uma recomendação aprovada na Assembleia Municipal relativamente ao nome do CNTS - Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito. Assim, transmitiu que nessa mesma sessão o



Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito referiu que também iriam fazer uma proposta, tendo lido um excerto constante na ata alusivo à situação acabada de referir: “O **Senhor Presidente da Assembleia** em resposta disse que a proposta tinha sido votada e era definitiva uma vez que tinha sido aprovada, contudo poderia haver uma nova proposta. No entanto, tratando-se de uma recomendação, sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que reunisse com os proponentes de forma a acomodar a proposta da melhor maneira, a não ser que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito quisesse apresentar uma nova proposta.-----

Perante o esclarecimento dado, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito** disse que apresentaria uma nova proposta na próxima Assembleia Municipal e entretanto tentaria também chegar a acordo com os Membros subscritores da recomendação aprovada.” Continuando disse ter sido recebida na Câmara Municipal uma proposta da Junta de Freguesia do Soito, a qual tinha sido encaminhada para a Comissão de Toponímia, a qual iria informar e submeter ao Executivo Municipal para análise da mesma. -----

Estava de acordo relativamente à questão do investimento e do retorno, pois todos nós entendemos que colocar economia e emprego no território era uma responsabilidade de todos. -----

Em resposta ao senhor João Manso disse que as duas primeiras questões abordadas tinham a ver com o funcionamento da Câmara Municipal do Sabugal e que decorriam da prática, tradição e também do assumir de compromissos a nível nacional. -----

Relativamente aos dias de tolerância concedidos aos funcionários da Câmara Municipal, tratou-se de uma questão debatida na CIM Beiras e Serra da Estrela, na qual todos os Municípios acordaram proceder da mesma forma. -----

No que às escolas dizia respeito, começou por informar que recentemente tinham chegado à Câmara Municipal os projetos finais, estando neste momento a ser desenvolvidos os respetivos Cadernos de Encargos para assim que o Plano e Orçamento, hoje agendados, sejam aprovados possa ser lançados concursos para execução das obras. -----

Quanto ao presépio, todos se congratulavam com o sucesso que o mesmo estava a ter no nosso Concelho. -----

Por fim e no que respeitava ao edifício da Escola Primária do Sabugal disse tratar-se de um desafio para todos. No entanto, após a realização e a concentração dos alunos no Agrupamento de Escolas, no caso do Sabugal iriam ter uma missão e uma função para um edifício nobre e centrado no Centro do Sabugal e obviamente que embora tivesse as suas ideias para este edifício só as tornaria públicas após discutir o assunto com os seus colegas do Executivo Municipal. -----

Município do Sabugal



Sobre a questão do Tribunal do Sabugal, referida pelo Senhor António Gata disse não se esperar outra coisa. Disse continuar convicto e com esperança de se voltarem a realizar julgamentos no Sabugal na Seção de Proximidade que agora passaria a denominar-se Juízo de Proximidade. O nome tinha sido alterado restava agora verificar quais as mudanças que iriam decorrer com a entrada em vigor, no dia 2 de janeiro, da nova legislação, sendo sua intenção visitar o Tribunal no dia 30 de dezembro e no dia 2 de janeiro para confirmar as mudanças relativamente ao mesmo. -----

Em resposta ao Senhor Joaquim Carreto disse agradecer-lhe o facto de ouvir atentamente o que dizia, no entanto deveria ouvir todas as informações que transmitia nas entrevistas que dava. Aproveitou para sugerir que fizesse uma concertação de posições relativamente ao que dissera o Senhor Luís Gonçalves, quando alegou já termos tudo (...) ruas, calçadas (...), o Senhor vem pedir passeios...! A questão do Hidroporto surgiu devido à impossibilidade de colocar motores a diesel na Barragem e na sequência de uma questão do Jornalista tinha respondido que se os canadairs da Proteção Civil iam abastecer à Barragem porque não poderiam ir outro tipo de aviões e para isso poderia ser feito um Hidroporto. Uma vez que estava tão atento poderia ver hidroportos o que se estava a fazer em Montalegre na Barragem do Rabagão relativamente a esta matéria dos hidroportos. No entanto, neste curto espaço de tempo não poderia ser construído um hidroporto porque o Plano de Ordenamento não permitia essa utilização e também porque estava a ser terminado o projeto de infraestruturização da Barragem que não contemplava nenhum hidroporto. -----

Sobre os 40 anos de Poder Local Democrático, abordados pelo Senhor Carlos Luiz e pelo Senhor João Manata, informou da realização durante o mês de dezembro de um conjunto de iniciativas na região e no concelho de homenagem aos autarcas. Tivera o prazer de estar numa das comemorações realizada na Freguesia da Rebolosa na qual foram homenageados os autarcas da Rebolosa. -----

À questão da Rede de Judiarias referida pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos disse estar terminado o projeto EEA Grants do Sabugal. Iriam proceder à abertura, durante o mês de janeiro, do espaço da Memória Judaica da Raia Sabugalense no Sabugal, localizado junto ao Castelo. Inicialmente o projeto previa uma intervenção em Vilar Maior, no entanto, teve de ser deslocalizado para o Sabugal devido à existência de algumas dúvidas relativamente à veracidade da carga judaica que estava a ser imputada a um edifício privado de Vilar Maior. Contudo, se a existência de património judaico fosse validado por peritos da matéria, não deixariam de intervir também em Vilar Maior. -----

Município do Sabugal





O projeto da Rua de Alcanizes estava contemplado no PARU do Sabugal, do qual já falara em sessões anteriores e a situação referida pelo Senhor João Manata relativamente às águas pluviais estava devidamente acautelada no projeto. “O PARU é o Plano de Regeneração Urbana para a Cidade do Sabugal e que vai contemplar 5 obras: -----

1. Largo da Fonte; -----
2. Rua 5 de Outubro; -----
3. Praça da República/Praça de S. Tiago; -----
4. Edifício de entrada na Zona Histórica do Sabugal (casa cor de rosa); -----
5. Um roseiral de um terreno que a Câmara tem para sul, do outro lado do Castelo, onde pretendemos simbolizar o tão falado milagre das rosas que será um ponto de atração turística do Sabugal. -----

Estes são os 5 projetos que estão no PARU elaborado.” -----

Aproveitou ainda para informar que no dia 4 de janeiro iriam decorrer várias reuniões técnicas sobre os cinco projetos. -----

A questão do ordenamento do trânsito iria ser verificada juntamente com a Junta de Freguesia e os Técnicos da Câmara. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Carlos Nabais disse que nos dias 06 e 07 de dezembro tivera a honra e o prazer de estar em Bruxelas no Parlamento Europeu juntamente com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal, O Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Penamacor e o Senhor Presidente da Câmara de Almeida. Na edição deste ano, a única Carta Europeia de Turismo Sustentável reconhecida por aquela entidade foi a ‘Terras do Lince’, representada pela Reserva Natural da Serra da Malcata, através do destino que integra os concelhos de Sabugal, Penamacor e Almeida. Tinham recebido o galardão atribuído pela Fundação Europarc relativamente ao trabalho desenvolvido com os agentes locais e os três territórios, no sentido de criar uma estratégia e formular um plano de ação para um horizonte de cinco anos, para o Turismo Sustentável. O certificado atribuído tinha essencialmente duas notas: -----

1. Reconhecimento pela Fundação Europarc de que estes três Municípios podem e têm património suficiente para ser galardoados e certificados a nível europeu; -----
2. Perante o plano de ação apresentado os agentes, os intervenientes, as autarquias assumirem a responsabilidade que o plano irá ser executados em cinco anos, porque findo esse prazo, será reavaliado o reconhecimento formal por parte da Federação Europarc; -----



Este certificado abria portas a outra capacidade, a outro nível de candidaturas e financiamento para os projetos lá colocados que não se conseguiria se não tivéssemos este certificado. -----

Finalizou a sua intervenção agradecendo todas as notas relativamente ao presépio. Este projeto iniciado há 4 anos deve continuar e ser cada vez mais reforçado aproveitando aquilo que é nosso que são as nossas origens, os nossos recursos primários. O trabalho desenvolvido pelos Técnicos do Município, pela Vereação, pela Presidência e por todos os que fazem a promoção e divulgação tinha sido excelente. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra e relativamente à situação abordada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bismula esclareceu ter sido informado pelos Serviços de Apoio que os documentos tinham sido enviados atempadamente contudo iriam verificar a situação em apreço para tentar melhorar o funcionamento deste órgão. Subscrevia que documentos desta natureza deveriam chegar atempadamente para poderem ser analisados. -----

Relativamente à reunião que decorreu no Parlamento Europeu e já referida pelo Senhor Presidente da Câmara, acrescentou que no referido encontro estiveram presentes cerca de setenta autarcas de Espanha, França, Inglaterra entre outros países. Das experiências que viram e dos galardões que foram atribuídos a estes autarcas e aos seus projetos inovadores e iniciais, como era o caso do Sabugal, Penamacor e Almeida, estava demonstrado que esta área era absolutamente estratégica no futuro. Os exemplos que tinham sido mostrados eram exemplos do potenciar de negócios determinantes. Por fim disse que o esforço feito estava em caminho com aquilo que de melhor se estava a fazer na Europa. No próximo ano, o encontro internacional iria realizar-se em Arouca, sendo um selo de Carta Europeia de Turismo Sustentável absolutamente determinante para esta zona. Este era um caminho que toda a Europa estava a seguir. -----

Após **pedidos de esclarecimento**, foi concedida a palavra aos seguintes Membros da Assembleia:

Senhor Luís Gonçalves para dizer que a recomendação do CNTS tinha sido aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal, sendo este um órgão soberano que não poderia ser contrariado por um mero requerimento a entregar à Câmara Municipal. -----

Acrescentou ainda ter na sua posse uma informação da Comissão de Toponímia, na qual era referido não ser da competência da comissão a decisão desse assunto em virtude de não propor a denominação

de novos arruamentos ou alteração dos atuais, e a alteração da designação de um edifício público não se enquadrava nas competências específicas da Comissão, sendo desnecessário o seu parecer. -----

Senhor Joaquim Carreto, para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não procurava protagonismo e nem sequer o queria ganhar. Limitava-se apenas a referenciar algumas das suas preocupações. Disse ainda que apenas se tinha referido ao primeiro ponto não tendo por isso dado respostas às restantes questões que fizera. Acrescentou ainda que na sua intervenção não se referira a passeios novos mas sim remodelação dos passeios, estando assim de acordo com a intervenção feita pelo seu colega de bancada Luís Gonçalves. O que pretendia é que os passeios em frente à Escola Secundária fossem arrançados, não era necessário construir nada de novo. -----

Em resposta à questão novamente abordada pelo Senhor Luís Gonçalves, o **Senhor Presidente da Assembleia** disse tratar-se de uma questão política. De facto a Assembleia Municipal aprovara uma recomendação no entanto deveria respeitar a proposta por esta ser intimamente ligada ao Soito, sendo muito estranho que a Assembleia não considerasse a proposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito, sendo até uma deselegância, não sendo esse o papel da Assembleia. Portanto, *“temos de ter abertura suficiente, dada a natureza da relação intimista, de berço. Por isso, acho que o Presidente da Junta de Freguesia do Soito também tem direito a apresentar uma proposta, como o fez. A recomendação foi aprovada por unanimidade, mas isso é uma visão formal. Se retirarmos daí todas as hipóteses do Presidente da Junta de Freguesia do Soito, como teve oportunidade de o referir, na altura, não foi a posteriori e, ficou registado na ata. Na altura não foi discutido, rejeitado nem colocado em causa, presume-se que todos os Membros da Assembleia aceitaram e por isso acho que a Assembleia tem o dever de aceitar a proposta. Depois da votação, por unanimidade, considerando que a Assembleia não se manifestou contra a intenção do Presidente da Junta de Freguesia do Soito, dada a relação de afinidade, de berço, com o Senhor Manuel Rito Alves, apresentar a sua proposta, a Assembleia deve receber a proposta que virá a ser submetida. Este é o entendimento do Presidente da Assembleia.”* -----

Após ter sido concedida a palavra o senhor **Presidente da Câmara** e relativamente ao CNT disse tratar-se apenas de uma recomendação, embora tivesse sido aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal. O Executivo Municipal desde logo tinha entendido que, havendo uma intervenção de maior proximidade, da Junta de Freguesia, deveriam aguardar à luz do Regulamento Municipal de Toponímia, que efetivamente o assunto fosse discutido, para em sede de Executivo Municipal analisarem a proposta da Comissão de Toponímia ou da Junta de Freguesia do Soito. ----



Quanto à questão dos passeios da Avenida Ismael Mota, respondeu que o mesmo ia até ao limite das habitações no arruamento, não havendo condições funcionais para continuar com o passeio, ou seja, fazer um passeio com apenas 20 cm de largura ao longo do trajeto da marginal era impossível de concretizar, eventualmente poderá ser equacionada a possibilidade de colocação de passadeiras para os peões passarem para o outro lado da marginal em segurança. -----

Quanto aos passeios junto à Escola Secundária, tinha anotado e logo que possível, seria desenvolvido esse trabalho no Sabugal. Contudo, com certeza que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal também terá ouvido falar da necessidade de arranjos de passeios no Sabugal. -----

Foi novamente concedida a palavra ao **Senhor Luís Gonçalves**, para dizer que, na sua intervenção anterior, informara ter na sua posse uma informação prestada pela Comissão Municipal de Toponímia no qual referia não se tratar de um assunto da competência desta Comissão. -----

Após ter sido concedida a palavra o senhor **Presidente da Câmara** disse: “*Se o Executivo Municipal não tem conhecimento desse documento, como é que tem conhecimento de um documento oficial?*”-

Para terminar este ponto o **Senhor Presidente da Assembleia** disse: “*Esta é uma matéria muito sensível para ser alvo de uma disputa política. Se é verdade o que o Senhor Presidente da Junta do Soito disse aqui, na altura, que ele não sabia da proposta, eu como Membro desta Assembleia, acho muito mal que uma proposta, com o objetivo com que foi feita, não tivesse sido articulada e é nesse ponto que o Presidente da Assembleia está a fazer todo o esforço para que haja uma articulação. Se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito disse aquilo que eu acabei de dizer, que ele foi surpreendido com a apresentação daquela proposta nesta Assembleia, sendo ele o Presidente da Junta do Soito, acho muito mal. E não vou permitir que esta matéria seja assunto de chacota política.*” -----

Na sequência desta intervenção foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Soito** que, depois de cumprimentar os presentes, disse: “*Aquando da intervenção do Senhor Luís Gonçalves, a Junta de Freguesia do Soito não tinha conhecimento da proposta. Depois da intervenção, falei que havia outro espaço, na qual iriam intervir a Assembleia de Freguesia, a Junta de Freguesia do Soito e várias Associações da Freguesia, as quais estavam em concordância. Posso adiantar que em dezembro, foi aprovado, por unanimidade, pela Assembleia de Freguesia do Soito, pela Junta de Freguesia do Soito e Associação Desportiva do Soito, atribuir ao campo de*

S

futebol que atualmente está no Soito o nome de Estádio Municipal, Manuel Rito Alves. Esta proposta ainda não chegou à Câmara porque a Assembleia de Freguesia realizou - se no dia 15 de dezembro e ainda não tiveram oportunidade de enviar a documentação. Na altura, entendi ter sido aprovada uma proposta à semelhança da que também pretendiam apresentar, mas que não era um dado adquirido.

O CNT tem nome oficial enquanto o campo de futebol não tem. Conhecia pessoalmente o Manuel Rito e por isso sei que tinha mais afinco ao futebol, porque o CNT era mais de âmbito político e camarário. Esta é a minha opinião.” -----

Finda a intervenção o Senhor Presidente da Assembleia disse: “O que confirma a posição do Presidente que é receber as manifestações de interesse das entidades relevantes no processo, não descurando a legitimidade da Assembleia dada a natureza do assunto.” -----

ORDEM DO DIA

1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2017;-----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que sobre a apresentação destes documentos disse que embora o documento tivesse sido distribuído, faria uma sucinta apresentação dos Pontos 1, 2 e 3, uma vez que os mesmos estavam interligados. -----

“Em relação ao Orçamento queria dar apenas ênfase aos pontos que têm mais significado para o nosso Concelho. É evidente que todos estes cálculos, estas extrapolações são legitimados por regras orçamentais e médias aritméticas dos últimos anos de execução. -----

Nos Impostos Indiretos, existem essencialmente dois impostos que nos trazem alguma receita significativa, que é o IMI (com cerca de um milhão e cem mil euros) e o Imposto Único de Circulação (com cerca de duzentos mil euros). -----

Nas taxas, multas e outras penalidades, o mais significativo tem a ver com os saneamentos, ou seja, o valor que recebemos dos Municípios, pela taxa de saneamento e pela taxa de disponibilidade da água. -----

Relativamente aos rendimentos de propriedade, o mais significativo é a concessão da EDP (uma vez que as infraestruturas elétricas são do Município do Sabugal) a qual paga ao Município do Sabugal cerca de cento e cinquenta mil euros por cada trimestre, que no fundo é o valor que se paga pela iluminação pública. -----

Município do Sabugal





Do Fundo de Equilíbrio Financeiro, de transferências correntes, recebemos cerca de nove milhões de euros, do Fundo Geral Municipal e da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares recebemos algumas receitas significativas. -----

As maiores receitas advêm, como já tinha dito, da taxa de saneamento e tarifa de disponibilidade da água, do IMI e a compensação dos parques eólicos. Como todos sabem a legislação em vigor atribuiu aos Municípios, quer os aerogeradores estejam instalados em terrenos públicos ou privados, 2,5% da produção, fazendo com que o Município receba cerca de um milhão de euros, tendo por isso um peso idêntico à receita oriunda do IMI. -----

As maiores receitas de capital advêm do Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de um milhão de euros. -----

Dos cerca de dez milhões de euros que o Município recebe do Estado, são cerca de nove milhões para manter o que está feito e apenas cerca de um milhão para novos investimentos. -----

O Município do Sabugal pretende ir buscar mais receita de capital para investimentos aos fundos comunitários, os quais estão limitados e balizados, ou seja, hoje são de muito difícil acesso, no entanto posso-vos assegurar e garantir que neste momento, em termos de fundos comunitários aprovados, temos os cinco projetos do PARU - Plano de Ação para a Regeneração Urbana, tendo garantia de financiamento de um milhão e meio de euros. As escolas do Sabugal e do Soito também têm garantia de financiamento de cerca de quinhentos e cinquenta mil euros. E existe ainda a garantia de financiamento de cerca de meio milhão de euros para eficiência energética para as piscinas municipais e espaços públicos. -----

O equilíbrio das Grandes Opções do Plano, o equilíbrio orçamental de despesa é trabalhado com o saldo de gerência do ano de 2016, que se prevê em cerca de um milhão de euros e com a eventual aprovação de um empréstimo, por isso aparecem nas Grandes Opções do Plano, algumas rubricas com espaços de verbas de projetos a definir. A definir com outras fontes de financiamento, que são a conta de gerência de 2016 que ainda não está encerrada e a eventual aprovação de um empréstimo.

Despesa. Só em termos de despesa com pessoal a todos os níveis, categorias, serviços e compensações, a Câmara Municipal do Sabugal gasta quatro milhões e meio de euros. -----

Em termos de aquisição de serviços, onde estamos a contabilizar a aquisição de água, iluminação pública e tudo o que são serviços para funcionamento, temos um total de seis milhões e seiscentos mil euros. -----

Relembro ainda que praticamente toda a máquina que estava afeta à Empresa Municipal Sabugal+

está integrada na Câmara, portanto aquele milhão que era entregue à Empresa para suportar vencimentos e serviços é agora suportado pela Câmara. -----

Há ainda um conjunto de transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia, de cerca de um milhão de euros. -----

Como vos disse foi feito um exercício pela Presidência de forma a dar-vos sucintamente esclarecimentos relativamente às Grandes Opções do Plano. No relatório e Orçamento, principalmente da página 3 à página 6 podem encontrar de uma forma resumida aquilo que efetivamente se propõe.” -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor João Manso, para informar esta Assembleia, porque o Senhor Presidente da Câmara não referiu na apresentação do documento, que o atual Governo aumentou de facto as verbas para o Orçamento de 2017 a todos os Concelhos do país, nomeadamente para o Concelho do Sabugal foi um aumento de 3,2%, tendo sido o Concelho do Distrito da Guarda que aumentara mais as verbas. -----
 Relativamente ao Orçamento que se estava a discutir disse ser idêntico aos outros do mandato do Senhor António Robalo. Era um Orçamento profundamente despesista. *“A despesa corrente desde 2013 tem disparado (aqui no Concelho do Sabugal de facto não entrou a Troika) e vai em cerca de um milhão e meio de euros. Aumentou também as despesas com o pessoal sendo de cerca de um milhão de euros, embora todos saibam as razões deste aumento. Aumentaram as despesas com a aquisição de bens e serviços, passando os oitocentos mil euros. Este Orçamento tem um valor global de receita de cerca de dezoito milhões e meio como o Senhor Presidente acabara de dizer, mantendo-se um enorme desequilíbrio entre Orçamento de Receitas Correntes e de Receitas de Capital, respetivamente 80.9% e 19.1%. Este Orçamento tem cada vez mais rubricas de Outras e Outros, que também tem sido discutido em orçamentos anteriores, com valores muito elevados, pois o que em 2016 era de cerca de 25% da despesa este Orçamento de 2017 é de cerca de 28,4% da despesa. Tinha mais uma série de números mas não queria estar a cansar os colegas.”* -----

Depois de cumprimentar os presentes, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira**, relativamente à parte das despesas com as escolas, disse estar satisfeito por estarem contempladas as



escolas do Sabugal e do Soito mas também gostaria que estivesse contemplada uma pequena verba para a requalificação do espaço exterior da escola da Cerdeira. -----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Bismula**, usando da palavra disse: *“O Orçamento deste ano contempla cerca de dezoito milhões e quinhentos mil euros. É uma verba substancial e maior do que a de 2016. Do pouco que consegui dissecar nesta papelada toda, as Juntas de Freguesia vão receber mais, o que também foi confirmado pelo Senhor Presidente da Câmara na apresentação dos documentos em apreço, por isso pergunto qual o critério que vai ter para distribuir o valor de um milhão de euros pelas Juntas de Freguesia.”* -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que em resposta às questões colocadas disse: *“Relativamente às questões colocadas pelo Senhor João Manso na parte final da intervenção, quando disse entender o valor de um milhão e meio, mas como disse a Sabugal+ implicava uma despesa de um milhão, porque meio milhão tem a ver com um conjunto de recrutamento de pessoal, uma vez que acerca de 6 anos que não fazíamos recrutamento de pessoal e os serviços externos estavam a ficar praticamente sem funcionários para acorrer aos serviços de proximidade, bem como a qualificação de outros funcionários da autarquia. ----- Já estava à espera da questão dos “outros”, porque é uma pergunta recorrente e por isso tenho aqui a sua justificação, que entrego ao Senhor Presidente da Assembleia para quem quiser poder consultar. Entendo que as pessoas queiram ser informadas, mas os documentos entregues foram aqueles que o POCAL estabelece e que todas as Câmaras apresentam.”* -----

Em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cerdeira disse que na presente data existiam sete escolas a funcionar no Concelho e o facto de fazer a intervenção nas escolas do Sabugal e do Soito era devido a terem sido estas as mapeadas pela Direção Regional de Educação e onde estariam localizados os *“hipotéticos Centros Escolares principais. Não é nossa intenção com este trabalho, concentrar os alunos, até porque nós sabemos a dimensão do Concelho. É evidente que, ou através de obra direta da Junta de Freguesia ou através de delegação nas Juntas de Freguesia, há sempre a possibilidade de acudirmos a situações pontuais quer na Cerdeira, Ruvina, Aldeia Velha, Bendada ou Aldeia de Santo António. Ou seja, isso está salvaguardado.”* -----

Quanto à questão concreta formulada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bismula disse que *“o exercício é feito de forma idêntica ao que foi feito no ano de 2016, ou seja os critérios são os*



mesmos que foram utilizados, fazendo a equivalência proporcional ao aumento da receita no ano de 2017.” -----

Aproveitou a oportunidade para, relativamente às Juntas de Freguesia, informar que a verba que lhes era atribuída foi colocada numa posição já definida, permitindo assim que as Juntas de Freguesia começassem a executar as obras necessárias no início de 2017. No entanto, essa gestão não era fácil uma vez que, existiam 3 ou 4 Freguesias que, por atrasos na execução das obras no ano de 2016, iriam complicar o Orçamento de 2017. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar o Orçamento do Município para 2017**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

Votos a Favor: 41-----

Votos Contra: 11-----

Abstenções: 7 -----

Registaram-se os votos contra de: Senhor Manuel Joaquim Rasteiro, Senhor José Maria Canaveira Manso Ivo Portela, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, Senhor José Ilídio Lopes Clemente, Senhor Luís Filipe Pereira Gonçalves, Senhora Patrícia Isabel Santos Quintalo, Senhora Alexandrina Goreti Dias, Senhor João Manuel Manso Dias, Senhor Joaquim António Pires Carreto, Senhor Carlos Manuel Luiz e Senhor Celino Augusto. -----

2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017-2020; -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhora Alexandrina Dias, depois de cumprimentar os presentes disse: *“Esta proposta tem um investimento previsto para 2017 de cerca de sete milhões de euros dos quais 3,21 milhões de euros não têm ainda cobertura orçamental, daí a necessidade do empréstimo que o Executivo quer realizar de 3.161.500,00 euros. A leitura é fácil de fazer, é ano eleitoral, logo daqui a um ano estamos assim numa fase de grande investimento.”* -----

Senhor Carlos Luiz usando da palavra fez a intervenção seguinte: *“ O Orçamento e as Gop's são sem dúvida, os documentos mais relevantes de qualquer mandato autárquico. Através destes*

documentos podemos prever o nível de execução e investimento orçamental no próximo e nos próximos anos. -----

Para que os deputados municipais possam emitir juízo, em consciência, sobre a matéria em apreço, deveriam ter recebido atempadamente, a referida documentação. -----

Não exercendo os eleitos à assembleia municipal o mandato a tempo inteiro, ou a tempo parcial, apenas lhe é exigida a participação nas referidas reuniões. Assim sendo, é necessário que o executivo disponibilize funcionários habilitados, pelo menos na área da gestão e da contabilidade, pese embora o apoio meritório que os dois funcionários da Câmara prestam à Assembleia Municipal. Terminado o ciclo das infraestruturas a nível municipal, é altura de os autarcas investirem em domínios que criem postos de trabalho por forma a evitarem a desertificação. Também é necessário ter um olhar mais atento aos produtos endógenos, valorizando-os através da certificação como é o caso, no nosso município, do queijo da Malcata, do cabrito, da truta, da castanha e dos enchidos, nomeadamente o bucho. -----

Alguns autarcas que integram a CIME e que souberam romper a barreira da estagnação, com inteligência, audácia e muito trabalho, estão a proporcionar aos seus munícipes um futuro mais risonho. O caso mais emblemático e digno de registo é, sem dúvida, o do autarca Paulo Fernandes que não quer que o Fundão seja só «terra de cerejas». Aproveitando a desterritorialização que o digital permite, quer que seja também terra de tecnologias, de informação e comunicação. Paulo Fernandes visitou 322 empresas na área tecnológica nos últimos 4 anos e afirma que havia 3 engenheiros informáticos e nenhuma empresa do sector no concelho. Agora, «temos 11 vindas de fora e perto de uma dezena de start-up's». Paulo Fernandes tem uma estratégia integrada: não lhe basta atrair empresas, precisa de atrair trabalhadores qualificados e é neles que se foca; garante-lhes um programa de formação avançada, acena-lhes com uma bolsa de arrendamento low cost. Esta visão estratégica tem um crescimento muito superior ao contratualizado inicialmente. Daí resultou que criou 500 postos de trabalho diretos nas 11 empresas que, neste momento, estão colocadas no Fundão e tem acordos para alcançar 1200 postos de trabalho nos próximos 2 anos. -----

É neste tipo de políticas que os autarcas devem apostar se quiserem ter sucesso.” -----

Senhor Joaquim Brázia, depois de cumprimentar os presentes disse: “porque me toca mais diretamente, as Grandes Opções do Plano olhei para o desenvolvimento económico nos seus vários

itens. Fiquei satisfeito por ver que vai haver um projeto Linx 2000, a criação do Ecoparque, a Smart Work Center, a Infraestrutura da Barragem que sem dúvida nenhuma era muito necessária e o Arranjo da entrada Sul do Sabugal que a mim me toca diretamente. Analisei tudo isto, apesar dos documentos me terem chegado atrasados mas fiz um esforço muito grande para analisar tudo isto. Gostaria de saber, na alínea 08005, na estratégia municipal de apoio às empresas existe uma alínea que diz contratualização de trabalho socialmente necessário e tem um financiamento definido de 110.000,00 euros, repartido pelos 3 anos, a que se refere? Gostaria de ser informado dessa situação.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta às questões colocadas disse: *“Há efetivamente um programa de estratégia municipal de apoio às empresas e ao emprego que foi delineado a pensar naquela proposta, já afastada, da redistribuição dos 5% do IRS, alocado a um programa que dinamizasse o emprego, o empreendedorismo e as empresas. A verdade é que não foi assim do lado da Assembleia Municipal, tendo havido as mais variadíssimas interpretações fora da posição dos Membros da Assembleia mas não foi por não haver disponibilidade da Assembleia de disponibilizar essa verba que a Câmara deixou de colocar em Plano e Orçamento uma estratégia que verbaliza quatro intenções: o incentivar, reativar, ativar e o participar. A criação de emprego faz-se com as pessoas que estão cá e estão desempregadas e com aquelas que necessitam de alterar a sua formação e as suas competências, com empresas e empresários, faz-se com aqueles que estão cá mas faz-se muito também com aquilo que conseguimos trazer de fora. -----*

O Senhor Carlos Luiz falou do bom exemplo da caminhada que o Fundão tem desenvolvido, nomeadamente na área das tecnologias. -----

Neste Plano e Orçamento, o Senhor Joaquim Brázia referiu, temos a criação de um Smart Work Center - um Centro de Trabalho Inteligente, porque acredito que a força, a dimensão do que está a ser feito no Fundão e nos outros Concelhos aqui à volta, nós também seremos abrangidos por esse potencial tecnológico que está a ser criado aqui nesta região da Cova da Beira e da Beira Interior. Temos de estar afinados e alinhados com estratégias regionais. Todos os dias tínhamos de trabalhar no sentido de potenciar o setor primário, o setor energético, o setor do turismo e dos recursos da pequena produção local e as redes de parcerias e de trabalho inteligente entre todos. Este é um projeto que pretende responder diretamente, trabalhando com instituições, empresas, com o autoemprego e alinhado com as estratégias do Instituto de Emprego e Formação Profissional conseguirmos fazer com que haja atratividade de empresas mas também atratividade de pessoas para o nosso Concelho. -----

Município do Sabugal



Foi aqui dito também que, hoje, nós temos uma máquina de consumo de verba corrente enorme, pois os equipamentos que se foram construindo ao longo dos anos dão qualidade de vida aos que cá residem mas, esses equipamentos têm de ser animados, ter gente, gestão e têm de estar abertos. As Piscinas Municipais não podem fechar, porque podem apenas ter um utente mas se fecharem um dia todos se apercebem, do seu encerramento. -----

Quanto à questão colocada pela Senhora Alexandrina Dias disse: “o valor que referiu irá ter cobertura orçamental com a contratação de um empréstimo e com o saldo de gerência do ano de 2016. Estes projetos que estamos agora aqui a aprovar, decorrem de processos longos. A Assembleia Municipal hoje vota e depois vai ter de ser contratado, submetido a Tribunal de Contas e o dinheiro só será disponibilizado para os projetos identificados. Este é um empréstimo que tem um período de carência de 2 anos, caso contrário perde-se o empréstimo.” -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar as Grandes Opções do Plano para 2017-2020**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

Votos a Favor: 41-----

Votos Contra: 11-----

Abstenções: 7 -----

Registaram-se os votos contra de: Senhor Manuel Joaquim Rasteiro, Senhor José Maria Canaveira Manso Ivo Portela, Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, Senhor José Ilídio Lopes Clemente, Senhor Luís Filipe Pereira Gonçalves, Senhora Patrícia Isabel Santos Quintalo, Senhora Alexandrina Goreti Dias, Senhor João Manuel Manso Dias, Senhor Joaquim António Pires Carreto, Senhor Carlos Manuel Luiz, Senhor Celino Augusto. -----

3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2017; -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por unanimidade, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2017.**-----

4. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ); -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** relativamente ao ponto em análise disse terem dado entrada na Mesa duas propostas: -----

- A. Apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista a propor Silvina Maria Vaz da Silva como representante na CPCJ; -----
- B. Apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata a propor Ester Rodrigues Martins Saldanha como representante na CPCJ; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir foi o assunto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por escrutínio secreto, **nomear Ester Rodrigues Martins Saldanha, para integrar a Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens em Risco**, no qual foi apurado o seguinte resultado: -----

LISTA A (SILVINA MARTINS VAZ DA SILVA) – PROPOSTO PELO PS): 27 -----

LISTA B (ESTER RODRIGUES MARTINS SALDANHA) - PROPOSTA PELO PSD): 32 -----

5. DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES DA SOCIEDADE “NOS TOWERING – GESTÃO DE TORRES DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.” PARA INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NA LOCALIDADE DE RUVINA; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse tratar-se de um tema que iria ser recorrente ao longo das próximas Assembleias Municipais porque a NOS dirigiu à Câmara Municipal uma pretensão de reforçar a cobertura da rede da operadora nas seguintes localidades: Badamalos, Bismula, Malcata, Penalobo, Quadrazais, Rapoula do Côa, Rendo, Ruivós, Ruvina, Valongo, Vila Boa, Vila do Touro, Vilar Maior e zonas limítrofes. É intenção da empresa colocar uma estação em Aldeia da Ribeira, Bismula, Malcata, Nave, Penalobo, Quadrazais, Seixo do Côa, Vilar Maior e Ruvina. De todas estas situações só existem duas que fogem da malha urbana dos aglomerados não necessitando por isso da aprovação da Assembleia Municipal, contudo sempre que é indicado um espaço rural, como é o caso

da Ruvina o nosso PDM determina que tem de ser a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a declarar o Interesse Municipal. -----

Estas matérias foram informadas pelos Técnicos da autarquia, discutidas em reunião de câmara municipal e para o reforço das comunicações no nosso território, quer seja a NOS, Vodafone ou MEO é nosso entendimento que precisamos que haja comunicações mais eficientes no nosso território. Para o efeito em reunião de Câmara foram definidos um conjunto de particularidades propostos pela Senhora Vereadora Felismina Rito para reforçar este Interesse Municipal. -----

Em virtude de apenas se realizarem 5 Assembleias Municipais por ano e as operadoras serem obrigadas a fazer uma cobertura de 90% do território solicitava, de forma a agilizar processos, um procedimento mais célere para não terem de estar parados estes processos durante dois meses. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Joaquim Carreto que, na sequência do que o Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, sugerir que fosse feita uma autorização genérica, se fosse possível em termos legais. -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bismula para informar que a NOS não era séria, pois tinham tratado de todos os documentos com eles e porque existia uma antena da VODAFONE na Bismula há mais de 2 anos, acordaram entre eles e não se dignaram a dizer nada à Junta de Freguesia, nem atenderam os telefonemas que fizera inúmeras vezes. -----

Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos para perguntar se havia alguma contrapartida para os proprietários do terreno onde iriam ser instaladas as antenas. -----

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba** usou da palavra para se congratular pois na sua União de Freguesias não havia rede em quase lado nenhum, por isso qualquer operadora que resolva dotar a sua União de Freguesias de rede de comunicação era fundamental, garantindo que seria uma das coisas mais importantes que seria feita na sua União de Freguesias ao longo deste mandato. -----



O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta às questões colocadas disse que o processo em Aldeia da Ribeira estava deferido. Na Bismula efetivamente não tinha indicação de qualquer local, em Malcata estava o processo deferido, na Nave ainda estava o processo a decorrer, em Penalobo o processo estava deferido, Quadrazais o processo estava deferido, Seixo do Côa não tinha qualquer referência, Vilar maior tinha o processo deferido e Ruvina o processo ainda estava a decorrer. -----

Entendia a posição transmitida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bismula, no entanto considerava ser benéfico que as operadoras se entendessem entre elas em vez de estarem a colocar inúmeras antenas nos mesmos locais. -----

Quanto à questão da quotização estavam a ser utilizados os espaços municipais por causa da energia elétrica e iria ser atribuída uma compensação pela instalação, a qual iria ser entregue às respetivas Juntas de Freguesia, conforme decidido em sede de reunião de câmara. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra para esclarecer que a apreciação genérica não podia ser feita por duas razões. Em primeiro lugar porque o ponto constante na Ordem de Trabalhos referia exclusivamente a aprovação para os efeitos em que foi apresentada e a mesma não podia ser alterada porque tal não tinha sido solicitado no início da Sessão, não podendo por isso na presente data aprovar uma autorização genérica que pudesse cobrir todas as outras possibilidades. Isso poderia acontecer numa outra Assembleia desde que seja proposto como ponto da Ordem de Trabalhos e que seja legalmente possível, o que tinha as suas dúvidas, necessitando por isso de um parecer jurídico dos serviços para esse efeito. -----

Na sequência de um pedido de esclarecimento foi dada a palavra ao **Senhor Luís Sanches** que usou da palavra para perguntar como identificavam e justificavam um terreno rústico baldio? -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta disse não estarem a autorizar com base na propriedade mas apenas se estava inserido em espaço rural, fora do aglomerado urbano e a partir daí apenas estavam a autorizar a instalação em espaço rural. -----

Não havendo inscrições para intervir foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por unanimidade, **declarar o Interesse Público Municipal da Estação de Radiocomunicações da Sociedade “NOS TOWERING – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.” para Instalação de Infraestrutura na localidade de Ruvina**, tendo em conta: -----

Município de Sabugal



- a) O valor efetivo deste serviço, coadjuvante das atividades sociais e económicas concelhias; -----
- b) Diminuição de custos associados à melhoria das comunicações, quer económicos, quer sociais; --
- c) Não deslocalização de atividades e pessoas, pela atual dificuldade/inexistência de comunicações;-
- d) Infraestruturas a colocar, se apoiam a prevenção, vigilância e combate a incêndios; -----
- e) Não prejudicam a diversidade biológica. -----

6. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse que a informação tinha sido enviada. De facto no Plano e Orçamento aprovado estava contemplada a possibilidade de recorrer a um empréstimo para alocar a sete projetos identificados. Na informação refere: *“Foram convidados a apresentar propostas todos os Bancos com agência no Concelho do Sabugal (...) Da análise das propostas resulta que a mais favorável para o Município é apresentada pelo BPI conforme se pode verificar no Anexo II da informação do Serviço.”* O Ponto 5 da proposta enviada refere: *“O Município cumpre os limites de endividamento previstos no artigo 52º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, conforme Anexo III (Ficha da DGAL a 30-09-2016); Ponto 6: “Os investimentos constantes do Anexo I, ultrapassam 10% do investimento previsto na proposta de Orçamento do Município para o ano de 2017, que ascende a #.622.212,00 Euros pelo que os mesmos têm de ser objeto de autorização pela Assembleia Municipal; Ponto 7: Nos termos do n.º 6 do artigo 49º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, os empréstimos que se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, como se verifica no presente caso, terão que ser aprovados por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.”* Continuando disse terem sido enviados os estudos técnicos dos bancos consultados, bem como a proposta mais vantajosa apresentada. O empréstimo seria contraído pelo prazo de dezoito anos com dois anos de carência, no valor de 3.161.500,00Euros. Os projetos alocados ao empréstimo estavam distribuídos pelos anos de 2017 e 2018, sendo eles: -----

- 1. Parque da Música da Bendada; -----
- 2. Obras de alteração e ampliação do edifício dos Paços do Concelho; -----
- 3. Entrada Sul do Sabugal, Requalificação Urbana;-----
- 4. Parque dos Sentidos no Cró;-----
- 5. Casa do Empreendedor - O Smart Work Center;-----
- 6. Infraestruturas da Barragem;-----
- 7. Recuperação das Margens do Côa Entre Pontes - 2ª Fase da Praia Fluvial; -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor João Manso, para relativamente ao empréstimo dizer que “*não sou contra o desenvolvimento do Concelho do Sabugal, pelo contrário, no entanto, não podia aceitar a forma como estava a ser pedido a esta Assembleia. Acho que mais uma vez o Executivo está a construir a casa pelo telhado, o que já tinha sido dito pelos nossos Vereadores em reunião de Câmara. O Executivo definiu o valor do empréstimo, selecionou uma lista de investimentos a financiar, que o Senhor Presidente acabou de referir que são sete, pede empréstimo para os trabalhos serem executados nos dois anos seguintes, 2017 e 2018. Pretende agora que a Assembleia Municipal aprove o seu plano, não se preocupando em dar informações gerais sobre estes sete empreendimentos.* -----

Senhor Presidente da Assembleia, Manuel Meirinho, nós para o Executivo só contamos para por o dedo no ar, para pensar o Concelho isso é apenas para um grupo restrito de cidadãos, os donos disto tudo, diria eu, a elite política que se tem vindo a eternizar no poder. Em minha opinião, dos sete empreendimentos e do pouco conhecimento que tenho sobre eles, considero dois prioritários e estruturais para o desenvolvimento que todos nós queremos para o nosso Concelho. São eles a Casa do Empreendedor que podia ter a sua sede na Escola Primária do Sabugal, que vai ficar desativada, que está ligado às novas tecnologias e aos jovens que aqui se queiram instalar e as Infraestruturas da Barragem, os ancoradouros, os Parques de Merendas, de estacionamento, o Centro Náutico, com ou sem Hidroporto com ou sem aviões. -----

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se já tem um investidor privado ou em mente, ou se só depois de construir as infraestruturas é que pensa no assunto. -----

A Requalificação Urbana do Sabugal também seria para mim uma mais-valia e daria mais bem-estar aos nossos habitantes e a todos aqueles que nos possam e queiram vir visitar. Já os empreendimentos restantes, que são 4, criam para mim menos impacto e não seriam prioritários para o desenvolvimento do nosso Concelho. Não posso deixar de dizer que o Cró tem sido um poço sem fundo e a ser construído este Parque dos Sentidos seria mais meio milhão de euros aos muitos milhões que ali já foram investidos.” -----

Senhor Joaquim Brázia: “*Diria que é pena que peçamos só estes três milhões e cem mil euros, porque temos de ter a noção e temos de nos preparar para que futuramente os quadros comunitários não nos apoiem. Se fossemos um Concelho com altos rendimentos não precisávamos de pedir*



A

empréstimo mas como não somos temos que o pedir. Se temos possibilidades de o pedir, vamos a isso, e ao pedi-lo, desburocratizar o mais possível esta situação. -----

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor José Robalo** usando da palavra começou em primeiro lugar por dar os parabéns ao Executivo, porque nem todas as Assembleias Municipais tinham a possibilidade de estar a discutir a aprovação ou não de um empréstimo. São muitas poucas, porque a grande maioria dos Municípios vivia no desgoverno total e por isso não tinha capacidade para se endividar. -----

Este Concelho tem sido gerido de forma rigorosa e esse rigor levou a que neste momento pudéssemos estar preparados para contrair empréstimos e fazer novos investimentos para o desenvolvimento do Concelho. O empréstimo não se destinava a gastar em despesas correntes mas para financiar projetos que iriam produzir desenvolvimento e riqueza para o Concelho e iriam projetar a nossa terra. -----

O Cró não tem sido um sorvedor de dinheiro pois este foi um dos maiores projetos do Concelho no pós 25 de abril, movimentando pessoas. -----

Continuando disse ter ouvido nas notícias que este Governo andava a dar dinheiro a 4 Câmaras Municipais, e por coincidência eram todas do Partido Socialista. Se o Governo desse dinheiro à Câmara Municipal não precisaríamos de estar a pedir empréstimos. -----

Senhor Luís Gonçalves começou por subscrever na íntegra a intervenção do Senhor João Manso. Relativamente ao Cró disse que com a apresentação da conta corrente e a demonstração de resultados dos últimos exercícios, verificava-se efetivamente se o resultado líquido obtido era positivo ou negativo, pois contra factos não havia argumentos. -----

Continuando disse que estava aqui em causa o perceber o porquê da necessidade de lançamento das sete obras ao mesmo tempo, não dando prioridades. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta disse *“Não queria recorrer aos mecanismos que agora vou lançar mas, quero-vos dizer o seguinte: Está aqui em jogo o pedido de um empréstimo para lançar sete projetos, com a dimensão do nosso Concelho, se repararem os projetos abarcam do extremo oeste ao outro lado. Acho que antes de falarem deviam ter a visão do Concelho e não se esqueçam das últimas palavras que disse quando vos apresentei o Plano e Orçamento. Disse que nas condicionantes que temos, com a matriz de financiamentos comunitários que temos, a capacidade que temos no nosso Município que outros não têm, é importante que se dê este salto.* -----



Alguém se lembra do último empréstimo que a Câmara Municipal fez? De quanto foi? De seis milhões para fazer duas obras que não tinham garantia de financiamento comunitário e essas duas obras foram o Balneário Termal do Cró e a Ligação Sabugal - Soito. Foi aberto um procedimento de empréstimo para alguém que tinha a visão e a capacidade de saber que aquelas obras não tendo enquadramento no fundo comunitário poderiam vir a tê-lo, como aconteceu e nós recebemos o dinheiro. -----

É esta a proposta que aqui vos apresento, a possibilidade de antecipar sete obras que se lançam e se fazem e se candidatam a fundos comunitários. -----

Tenham a capacidade de visão e de aprender com o que se fez no passado de bom. O Cró foi um bom projeto e quer queiramos quer não a ligação Sabugal - Soito também foi um bom projeto. -----

Finda a intervenção o **Senhor Presidente da Assembleia** disse ter sido recebida uma proposta subscrita por seis Membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (Senhor Joaquim Carreto, Senhor José Ilídio Clemente, Senhora Alexandrina Dias, Senhor João Manuel Manso Dias, Senhora Tânia Leitão e Senhor Calor Luiz), com o seguinte teor: “Considerando que a resolução 14/2011 do Tribunal de Contas:-----

1. *Aprova as instruções sobre a organização dos processos de fiscalização prévia a remeter ao Tribunal de Contas;-----*
2. *Relativamente aos contratos de empréstimo das autarquias locais (artigo 19º), alguns dos elementos exigidos parecem-nos não constarem na documentação enviada, nomeadamente a deliberação do órgão executivo relativa à decisão de contrair o empréstimo e o mapa com a previsão dos encargos resultantes do empréstimo, juros e amortização par o seu período de vigência. -----*

Este empréstimo é de médio e longo prazo (dezoito anos). Assim alertamos os Membros desta Assembleia para que, com base nos documentos atrás referidos, o empréstimo pode ser recusado pelo Tribunal de Contas. Por este facto propomos que este ponto da Ordem de Trabalhos seja retirado da mesma a fim de se corrigir e ser votado noutra Assembleia.” -----

Sobre a proposta apresentada o **Senhor Presidente da Assembleia** disse ter a informar o seguinte: “O ponto não é retirado da Ordem de Trabalhos, nem o pode ser. O Tribunal de Contas é uma Entidade superior à Assembleia Municipal e só pode dar o visto. Aliás o visto do Tribunal de Contas



A

*só pode ser requerido após a aprovação desta Assembleia. Para quem leu bem, a proposta está fundamentada e no Anexo I da proposta consta a deliberação tomada na reunião de câmara realizada no dia 22-12-2016. A Assembleia não tem competência para julgar previamente se o Tribunal vai avaliar ou não vai avaliar. Portanto, não posso admitir a proposta nem sequer colocá-la à votação, por uma mera e simples interpretação jurídica da superioridade dos órgãos. -----
Informo os Membros que a proposta foi lida e clarificada pelo que será sujeita à votação. -----
Alertou ainda para nas propostas que lera, a questão dos juros estar também clarificada.”-----*

Não havendo inscrições para intervir foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, com 7 votos contra e 6 abstenções, **autorizar a contratação de empréstimo de médio e longo prazo no montante de 3.161.500,00 €, nas condições constantes do Anexo II, para Euribor a 6 meses, que faz parte integrante da proposta apresentada, nos termos do n.º 5 do artigo 49º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e autorizar a contratação com o Banco Português de Investimentos (BPI) que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município.**

7. AUTORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS REFERENTES AO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse que os investimentos identificados no pedido de empréstimo tinham sido enviados, restando disponível para os esclarecimentos que lhe fossem solicitados. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor João Manso, para relembrar ao Senhor Presidente que se nos últimos 4 anos os orçamentos não tivessem sido tão despesistas, provavelmente poderia evitar-se este empréstimo ou ter sido por um valor bem mais pequeno, porque vão ser os nossos filhos que durante os próximos 18 anos vão ter de pagar os juros e as indemnizações do referido empréstimo. -----

Não havendo inscrições para intervir foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, com 8 votos contra e 6 abstenções, **autorizar os investimentos que constam do Anexo I da proposta apresentada relativamente ao empréstimo de médio e longo prazo, nos termos do n.º 2 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.** -----

Município de Sabugal





PONTO 8 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**. Tomando a palavra, disse ter sido distribuída a informação por escrito, a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao Senhor Joaquim Brázia, para relativamente à reunião realizada no dia 2-12 de uma Comitiva de Empresários Franceses, onde estivera presente, o que tinha sido tratado nessa reunião. -----

Foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que em resposta disse que como a Câmara tinha um Protocolo assinado com a Câmara de Comércio e Indústria Franco Português, com sede em Paris, e como essa Câmara de Comércio fez a sua reunião anual com empresários no Porto, tinha convidado o Presidente da Câmara do Sabugal a estar presente e ter a possibilidade de falar com empresários. Eram momentos aproveitados para fazer contactos. Uma das grandes dificuldades que os empresários colocavam ao desenvolvimento de projetos na área da pecuária e floresta do nosso concelho tinha a ver com a dimensão da propriedade. A esse propósito recordou-se de um empresário francês que lhe perguntara diretamente se no território do Sabugal tinha espaços e terrenos com 500 hectares, pois se os tivesse teria a possibilidade de desenvolver uma atividade âncora numa determinada produção pecuária para essa atividade âncora alavancar toda a atividade satélite à volta do Concelho. Sendo por isso um desafio que fazia às Juntas de Freguesia que tinham baldios, pois a Lei dos Baldios estava a ser alterada. O cadastro simplificado iria ajudar mas neste momento não dispunham de ferramentas para ser competitivos para o setor da pecuária e da floresta se não conseguissem ter escala. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência de inscrição, deu a palavra a: -----

José Teles começou por relativamente à Rede de Judiarias, referida nesta Assembleia, dizer que a solução do Senhor Presidente da Câmara não seria a mais correta do ponto de vista do Turismo. -

Município do Sabugal




De seguida disse que todos os artistas deveriam saber que quando se entrega um trabalho em ferro, o material deve ser tratado sob pena de enferrujar como era o caso do “*boi que estava em frente ao edifício da Câmara*”; -----

A Bolsa de Terras, como sabia em certas zonas do norte e do sul também, estavam a andar, perguntando como estava a decorrer no Sabugal? -----

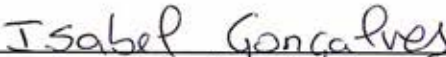
O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que agradeceu as notas dadas. Sobre a questão da Bolsa de Terras informou da existência de algumas entidades do Concelho do Sabugal a trabalharem em colaboração, para o aumento do projeto da Bolsa de Terras. A Coopção, a Acrisabugal, a PróRaia e a Rotas e Raízes estavam a incluir terrenos na Bolsa de Terras. Os serviços da própria Câmara Municipal tinham identificado um conjunto de terrenos da Câmara que poderiam dispensar para essa Bolsa. Estavam a acompanhar no entanto ainda havia muito receio de adesão a essa bolsa. -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho Martins

A Técnica Superior, _____


Isabel Gonçalves